



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Coutta Reis*



HABEAS CORPUS Nº 205.065-5 RECIFE (4ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Adv. ROSIMERY GOMES TEIXEIRA LYRA.

PACIENTE: **GIVALDO GOMES DA SILVA.**

110

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. LUIZ DIOGO FILHO.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, INCISO II C/C ART. 61, INCISO I, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PACIENTE CONDENADO. ALEGAÇÃO DE DIREITO A APELAR EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE MANTENÇA DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE EXACERBAÇÃO DA PENA IMPOSTA. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME

I - Motivos ensejadores da prisão subsistentes.

II - Exarada sentença condenatória que manteve a segregação preventiva.

III- Impossibilidade de análise do cômputo dosimétrico pela via estreita do habeas corpus.

IV - Inexistência de constrangimento ilegal.

V- Ordem denegada. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 205.065-5, em que figura como paciente **GIVALDO GOMES DA SILVA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de 27/01/2010, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

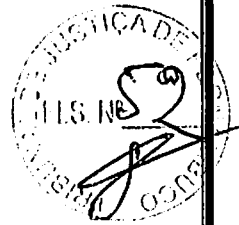
Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho

Relator Substituto



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Des. Helena Caúla Reis



HABEAS CORPUS Nº 205.065-5 RECIFE (4ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Adv. ROSIMERY GOMES TEIXEIRA LYRA.

PACIENTE: **GIVALDO GOMES DA SILVA.**

111

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. LUIZ DIOGO FILHO.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

### RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de Ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com requerimento de concessão do provimento urgencial, ajuizado pela advogada Rosimery Gomes Teixeira Lyra, inscrita na OAB/PE, sob o nº 27.443, com arrimo no art. 5º, LXVIII, da Carta Magna, nos arts. 647 e 648 do Código de Processo Penal, em favor de **GIVALDO GOMES DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca do Recife.

Alega a impetrante, na exordial de fls. 02/11, em síntese, que o paciente tem o direito de apelar em liberdade, de sentença condenatória com fixação de pena exacerbada. Aduz que "*a execução provisória da pena privativa de liberdade viola o princípio da presunção de inocência, assim como indubitavelmente a exacerbação da pena avilta o princípio da dignidade humana*".

Por fim, requer seja expedido o competente alvará de soltura, para que possa aguardar o julgamento do recurso em liberdade, e que ao final, seja concedido, em definitivo o *writ*.

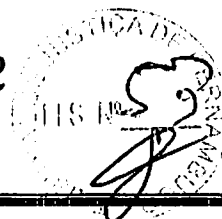
Da cópia da reprodução da sentença, através do sistema de acompanhamento processual, acostada pelo impetrante (fls 18/21), depreende-se que o paciente, agindo em concurso de pessoas, foi condenado pelo delito tipificado no art. 157, §2º, inciso II c/c art. 65, inciso I, ambos do Código Penal (roubo majorado).

O pedido de liminar foi negado pela eminente Desembargadora Helena Caúla Reis (fls. 31/32).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Des. Helena Cadia Reis

112



Instado a se manifestar, o magistrado sentenciante informou (fls. 39/40) que o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade, no quantum de 11 (onze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, por co-autoria na prática de crime do roubo majorado por concurso de agentes.

Ainda, segundo o magistrado, em 07.12.2009 foi interposto recurso de apelação, com as referidas razões, tendo sido contrarazornado pelo Ministério Público na data em que foram prestadas as informações que instruem este *habeas corpus* (13.01.2010).

Em parecer da lavra do Douto Procurador, Dr. Luiz Diogo Filho, a Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal opinou pela denegação da Ordem (fls. 46/47).

É o relatório.

#### VOTO

Cinge-se o presente pedido de Ordem de *Habeas Corpus* à alegação de que a permanência do paciente no cárcere, justificada atualmente por prisão decorrente de Sentença condenatória em 1º Grau, causa-lhe constrangimento ilegal, em virtude do princípio da presunção de inocência antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Insurge-se, também, contra a dosimetria da pena imposta, por considera-la exacerbada.

*Ab initio*, destaco que é entendimento deste Tribunal de Justiça que, se o paciente respondeu ao processo custodiado, não configura constrangimento ilegal a manutenção da prisão provisória, na pendência de julgamento do recurso apelatório. De outro modo, haveria uma verdadeira aberração lógica, permitindo-se ao condenado em 1ª Instância aguardar o julgamento do recurso em liberdade, quando já se encontrava custodiado, antes mesmo da decisão condenatória.

No mesmo sentido, veja-se:



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Cadia Reis*

113



HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES QUADRILHA E ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO CONSTRITIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. SUPERVENIÊNCIA DA CONDENAÇÃO DO PACIENTE. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. CONDENADO QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, POR FORÇA DE DECISÃO MOTIVADA. PRECEDENTES DO STJ.

1. O decreto judicial construtivo de liberdade está satisfatoriamente justificado no *modus operandi* da quadrilha e na gravidade da ação delituosa, sendo evidente, portanto, a necessidade de proteção da ordem pública. Precedentes do STJ.

2. Sobrevindo, na hipótese, sentença penal condenatória, a manutenção do réu, preso durante toda a instrução criminal, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção da inocência e nada mais é do que efeito de sua condenação e reconheceu a necessidade de sua custódia cautelar, com amparo na ordem pública, devidamente fundamentada no decreto de prisão.

3. Writ denegado.

HC 49079 / PE

HABEAS CORPUS 2005/0175428-6

Ministra LAURITA VAZ

T5 - QUINTA TURMA- STJ. DJ 08/05/2006 p. 250

De outra banda, depreende-se dos autos que **GIVALDO GOMES DA SILVA** restou segregado durante toda a instrução criminal; custódia que era recomendada pelas circunstâncias judiciais que cercavam o caso. Pelas mesmas razões foi-lhe negada a possibilidade de apelar em liberdade.

Faz-se mister relembrar que, no Ordenamento Jurídico brasileiro, os direitos fundamentais não dispõem de caráter absoluto,



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Desa. Helena Carla Reis*

114



uma vez que encontram limites em princípios, igualmente consagrados pela Constituição Federal. Não se pode permitir, portanto, que o direito à liberdade seja utilizado como um escudo protetivo de práticas ilícitas, que atentam contra a Ordem Jurídica e o bem comum. Nesse sentido posicionou-se o Excelso Supremo:

**"Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas - e considerando o substrato ético que as informa - permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros." (grifos apostos).**

(MS nº 23.452/RJ, Relator Min. Celso de Mello, DJ 12.05.2000.).

Resta evidente que a soltura do paciente não seria razoável, posto que tendo permanecido preso ao longo da instrução criminal, não faria sentido alcançar a liberdade após a condenação e na iminência do julgamento do recurso apelatório pelo Tribunal de Justiça. Nesse sentido, diante de um juízo de ponderação, é legítima a manutenção da custódia, para garantia de interesse coletivo, constitucionalmente protegido.



115



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Cadla Reis*

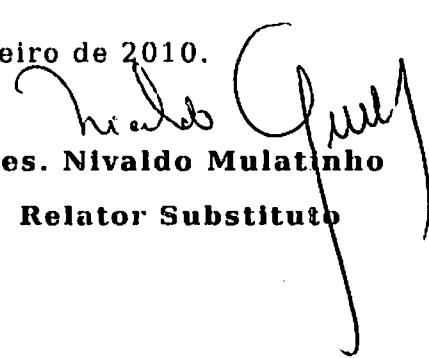
Não há que se falar, portanto, em constrangimento ilegal, visto que a custódia cautelar de **GIVALDO GOMES DA SILVA** alicerça-se sob sentença condenatória e na necessidade de salvaguardar a ordem pública e a aplicação da lei, com fulcro no art. 312 do Código de Processo Penal.

Quanto à dosimetria da pena imposta, é cediço que o Remédio Heróico não é via adequada para análise pormenorizada de circunstâncias valorativas, sem a devida instrução pré-constituída. Em outras palavras, o presente *writ* não se encontra devidamente instruído, impossibilitando a análise, nesta via estreita, do cômputo dosimétrico, que deverá ser revisto, com propriedade, quando do julgamento do recurso de apelação.

Dessarte, e anuindo com o judicioso parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, **meu voto é pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho**  
**Relator Substituto**